

Resenhas

Dinâmica Macroeconômica: Uma Interpretação a partir de Marx e de Keynes

Alain Herscovici

São Paulo: EDUC/EDUFES, 2002.

Ao longo das últimas décadas, várias têm sido as iniciativas de desenvolvimento de análises macrodinâmicas, formalizadas ou não, que combinam, em doses e interpretações diferentes, elaborações de Marx e Keynes. Em se tratando de dois autores que deram contribuições fundamentais para o entendimento do modo de operação de uma economia capitalista, é louvável, portanto, que essas iniciativas sejam recorrentes.

Embora inserido nessa literatura, o livro de Alain Herscovici nela não intervém de maneira fundamentalista e dogmática, distanciando-se, felizmente, de outras intervenções similares. Sem perder de vista, obviamente, as especificidades das elaborações de Marx e Keynes e, logo, das mediações analíticas envolvidas, o autor dota seu esforço de integração teórica de modéstia e progressividade. Vale dizer, por meio de recortes analíticos adequadamente definidos e realizados, propõe-se a fornecer elementos para o efetivo desenvolvimento de uma macroeconomia heterodoxa, não se limitando, felizmente, a meramente (re)enunciar princípios gerais que deveriam nortear esse desenvolvimento.

Tendo em vista embasar a definição desses recortes analíticos, o autor dedica pouco menos da primeira metade do livro a várias considerações metodológicas e epistemológicas sobre as dimensões convergentes das abordagens de Marx e Keynes. Nos capítulos respectivos, o leitor minimamente sensível a essas considerações encontrará interessantes, embora por vezes controversas, digressões sobre a natureza do processo de construção de conhecimento científico em teoria econômica. Nesse sentido, é louvável que o autor insira sua tentativa de elaboração teórica em nível de macro-

dinâmica no contexto mais amplo de uma reflexão epistemológica sobre a natureza de uma tentativa como essa. Vale dizer, o exercício teórico desenvolvido no restante do livro é um desdobramento maduro de um processo cuidadoso de auto conscientização epistemológica ao qual o autor se permite submeter nos capítulos anteriores.

Dentre os vários corolários dessa auto conscientização, gostaria de antecipar ao leitor dois deles. Primeiro, a prioridade conferida pelo autor à exploração analiticamente frutífera das complementaridades entre as abordagens de Marx e Keynes. Levando em devida conta as especificidades envolvidas, o livro não faz do cotejo entre determinados aspectos dessas abordagens o ponto de partida para julgamentos subsequentes de superioridade. É claro que são necessárias – e, portanto, pertinentes – reflexões em nível de maior adequação de uma ou outra abordagem ao entendimento de determinada dimensão do objeto de análise, e elas estão presentes, embora geralmente de maneira implícita, em vários momentos do discurso do autor. Necessárias, porém insuficientes, daí ser louvável a prioridade atribuída por Alain Herscovici à exploração do potencial de alargamento efetivo do horizonte de compreensão analítica da dinâmica macroeconômica representado por essas complementaridades.

Segundo, a exploração analítica dessas complementaridades é encaminhada inclusive por meio do desenvolvimento de modelos formais, em relação aos quais o autor igualmente não assume postura dogmática. É claro que inúmeras dimensões da dinâmica macroeconômica não são mais bem analisadas por meio de modelos formais, mas vá-

rias efetivamente o são, com que a avaliação de procedência e pertinência do grau de formalização da análise deve pautar-se essencialmente pelo avanço substantivo por ele gerado em nível de compreensão do objeto. Por esse critério substantivo, o propósito da segunda parte do livro, a saber, a construção de dois modelos formais a Marx e Keynes que ampliem nossa compreensão da dinâmica macroeconômica, um ressaltando a instabilidade estrutural do capitalismo e outro, sua tendência à estagnação no longo prazo, pode ser considerado como alcançado.

Alain Herscovici tem consciência, como reconhece literalmente ao final da Introdução, de que seu

trabalho encontrará oposição de dois (eu diria três) tipos de ortodoxia, a saber, a neoclássica, de um lado, e a marxista e a keynesiana, de outro. Não obstante, espera ele que o debate, do ponto de vista intelectual, seja estimulante. Como sabemos, caro autor, ele o será tanto mais quanto menor for o apego dos leitores a dogmatismos e fundamentalismos. Nesse sentido, que esta resenha dê alguma contribuição para esse necessário desapego.

Gilberto Tadeu Lima

Professor do Departamento
de Economia da FEA-USP

Pobreza no Brasil: Afinal, de que se Trata?

Sonia Rocha

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Todo esforço de pesquisa sobre pobreza deve ter como norte o seu combate e eliminação. O primeiro passo para isso é saber quem são, quantos são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. A professora Sonia Rocha não se furta a essa tarefa e apresenta nesse livro uma sistematização de seus estudos sobre a pobreza no Brasil. Assim o público passa a ter em *Pobreza no Brasil* uma referência básica para a questão social mais importante dos nossos tempos.

A pobreza pode ser entendida de forma geral como “[...] a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (Rocha, p. 9). O problema reside em se saber o que são *necessidades* e o que se entende por *adequada*. Obviamente, as respostas dependem do contexto socioeconômico específico. Para efeitos práticos, a *pobreza absoluta* é definida como o não-atendimento de um nível mínimo fixo de consumo ou renda enquanto a *pobreza relativa* é definida em função de quão distante se está de um padrão mediano de consumo ou renda. Sonia Rocha corretamente faz uso do conceito de pobreza absoluta para o caso brasileiro. Segundo ela, medidas de pobreza absoluta em países em desenvolvimento com parcelas significativas de desprivilegiados ajudam a delimitar como pobres subpopulações que podem ser alvos de políticas públicas específicas.

A construção dos índices de pobreza absoluta é feita em diversas etapas, em cada uma das quais a autora assume hipóteses específicas. Nesta obra, a autora atribui para cada indivíduo o valor do consumo ou renda *per capita* familiar, pois a família é tomada como a unidade de consumo e renda.

A estimação da linha de pobreza em si é feita em duas partes. Primeiramente se estabelece o valor da cesta de consumo de bens alimentares e depois o valor da cesta de consumo de bens não alimentares. A composição da cesta alimentar deve garantir que certas exigências nutricionais sejam satisfeitas em termos de ingestões calóricas e protéicas. A seleção dos bens que compõem essa cesta é feita a partir da estrutura de consumo observada naquelas famílias em que o nível de renda é suficiente para atender a essas necessidades nutricionais. O valor mínimo dessa cesta alimentar é denominado de linha de indigência.

O valor da cesta de bens não alimentares envolve maior arbitrariedade, pois não se tem um critério claro de escolha dos bens a compor a cesta. Um expediente comumente utilizado é o uso do coeficiente de Engel, que estabelece uma relação entre consumo alimentar e consumo total. Na prática, calcula-se o valor do consumo não alimentar daquelas famílias que gastam em bens alimentares exatamente o valor da linha de indigência. Assim, o valor da linha de pobreza passa a ser o valor da linha de indigência *mais* o valor da cesta desses bens não alimentares.

Com base nas pesquisas de orçamentos familiares (POF/IBGE) de 1987/88 e 1996, a autora estabelece linhas de indigência e pobreza para diferentes regiões do país e obtém informações de renda das famílias para vários anos por meio das pesquisas nacionais por amostragem em domicílio (PNAD) do IBGE. Aqueles indivíduos com renda *per capita* inferior ao valor da linha de indigência (pobreza) são considerados indigentes (pobres). Assim, a pobreza é operacionalizada nessa obra como uma *insuficiência de renda*.

Sendo um país com renda *per capita* média em relação à renda *per capita* mundial, o Brasil dispõe de recursos suficientes para garantir um mínimo essencial a todos e eliminar a pobreza absoluta. Se existe pobreza é porque a renda está distribuída desigualmente. A princípio, essa situação poderia ser mitigada com políticas fiscais que redistribuíssem renda entre os indivíduos. Contudo, como demonstra a autora, o efeito distributivo do imposto de renda no Brasil é muito pequeno. Com efeito, o índice de Gini da renda familiar *per capita* bruta é de 0,6116 e este mesmo índice calculado a partir da renda líquida após alíquotas e deduções é de 0,6092 (Rocha, p. 40).

Sonia Rocha estabelece os indicadores de indigência e pobreza para o Brasil e regiões de 1970 a 1999. Para efeitos de comparação ao longo desse período, ela recorre aos indicadores elaborados a partir das informações oriundas do ENDEF de 1974/75. Evidencia-se o declínio da proporção de pobres no Brasil ao longo do tempo. No Brasil como um todo, 68,4% eram pobres em 1970. Essa proporção declinou para 35,3% em 1980, alcançou 30,3% em 1990 e se estabilizou em 21,1% em 1999 (Rocha, p. 83). A redução da pobreza nos anos 70 deveu-se basicamente ao rápido crescimento econômico do período. Ao longo dos anos 80 a pobreza oscilou com as políticas macroeconômicas *stop-and-go* e nos anos 90 houve uma quebra da tendência, mais exatamente em 1994 com o Plano Real. De fato, 30,4% eram pobres em 1993, ao passo que em 1995 essa proporção reduziu-se para 20,6%, ficando em torno disso até hoje. Para comparações mais recentes a autora recorre também aos dados das POF's. Neste caso, calcula-se que, em 1990, 44,2% da população brasileira era pobre, enquanto em 1999 essa proporção havia declinado para 34,9%. Embora as magnitudes sejam diferentes, a tendência que se observa é a mesma.

Obviamente, essa tendência nacional tem nuances regionais e entre grupos demográficos. Por exemplo, houve redução da participação relativa da pobreza rural e um aumento da participação da pobreza urbana na pobreza brasileira. Ademais, a região Nordeste continua sendo a mais pobre do país.

Sonia Rocha também descreve um detalhado perfil dos pobres em relação aos não-pobres. Com base na PNAD de 1999, sabe-se que os de menor escolaridade, as crianças e os negros e pardos estão representados na população pobre (Rocha, p. 147). A renda do trabalho é a principal fonte da renda das famílias pobres e, enquanto 41% dos não-pobres estão em relações de trabalho formal, apenas 21% dos pobres estão em tal situação. Ademais, as famílias pobres têm um menor acesso a serviços públicos de energia elétrica, água e esgotos adequados e serviços de coleta de lixo. Obviamente existem diferenças regionais entre esses perfis. No Nordeste rural, por exemplo, a pobreza está associada à pequena produção agrícola geralmente destinada ao consumo próprio. A maioria dos chefes de família é analfabeta e o acesso a serviços básicos é mínimo. Por outro lado, a pobreza nas maiores metrópoles brasileiras está associada ao funcionamento do mercado de trabalho, em que a maioria dos chefes de família está empregada em setores de baixa produtividade e baixo rendimento.

Ao final, o rico quadro que emerge dessa leitura é que a pobreza brasileira é um fenômeno complexo e heterogêneo, mas sua eliminação não parece ser um objetivo irreal. Ela depende dentre outras coisas de um conjunto de políticas sociais bem articuladas e focalizadas que levem em conta especificidades regionais e demográficas.

André Portela Souza
Departamento de Economia da
Universidade de São Paulo

A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica:

Ensaio sobre Metodologia em Economia

Paulo Gala e José Márcio Rego (orgs.)

São Paulo, Editora 34, 2003.

Após vinte anos do impacto que os ensaios de D. McCloskey e P. Arida sobre a inescapável relevância metodológica da retórica para a Economia produziram sobre seus praticantes, essa coletânea é nova manifestação dos frutos do “projeto retórico” no Brasil.

Ainda que a reconhecida natureza polêmica

dos argumentos do “projeto” transpareça novamente nos sete ensaios que formam a primeira parte do livro (“O Debate Teórico”), a inovação desse volume reside no maior espaço concedido e à profundidade das análises sobre os usos da retórica nos cinco ensaios que formam sua segunda parte (“A Retórica na Prática”).

Nesse sentido, os organizadores apresentam as contribuições em questão como a segunda geração de esforços para a consolidação e reconhecimento do “projeto” como paradigma científico legítimo (no sentido de Thomas Kuhn) de pesquisa em metodologia da economia. A partir da “revolução” empreendida pelos membros do “projeto” contra os paradigmas dominantes em metodologia da economia, o presente seria caracterizado pelos procedimentos de “ciência normal”. Os ensaios da primeira parte constituiriam esforços de ciência normal teórica: apresentação de novas idéias, refinamento de esforços passados, admissão e rebate de críticas. Por sua vez, na segunda parte encontraríamos ciência normal empírica: considerar a edificação de teorias e a aplicação de políticas econômicas a partir das ferramentas e da perspectiva da retórica em Ciência.

O primeiro ensaio da coletânea é a ansiada versão revisada de “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”, de P. Arida, que batiza o volume. Além das raízes do “projeto retórico” em Economia a partir de desenvolvimentos na filosofia da ciência e em outras disciplinas, tem-se em destaque o contraste da função da HPE em duas diferentes tradições de pesquisa e de ensino em Economia. O argumento do autor das limitações inaceitáveis que ambas apresentam e a apresentação (resgate) da retórica como alternativa viável e frutífera é o que caracteriza sua natureza revolucionária e fundadora de novo paradigma.

As oito regras de persuasão retórica apresentadas por ele (simplicidade, coerência, abrangência, generalidade, redução de metáforas, formalização, reinventar a tradição e ignorar interesses práticos) assumiriam duplo papel em Economia. De um lado, caracterizariam efetivamente a prática de pesquisa e de ensino da disciplina no passado conforme registrada na HPE. De outro, assumiriam a função de regular tal prática no presente ao identificar os critérios de ampla aceitação entre os praticantes para comunicar suas teoria e buscar a persuasão. É justamente esse funcionamento da retórica tanto como instrumento descritivo útil do desenrolar concreto de idéias ao longo do tempo, quanto como instrumento prescritivo de “regras do jogo” para o debate e exame de controvérsias atuais que lhe confere apelo. Não haveria o recurso à prescrição de regras de forma independente dos exercícios reais dos praticantes da ciência; mas não haveria o descambo no niilismo do “vale tudo” ou da redução da metodologia à “mera descrição” das práticas do passado. Essa duplicidade conferiria idealmente então à HPE o papel de teoria e de retórica.

Além daquele apelo intrínseco e de conferir à HPE um status superior ao de “curiosidade intelectual” (mas inferior ao de “perpétua cornucópia de novas idéias”), tem-se uma importante mensagem adicional da abordagem retórica que a situa como “passo natural seguinte” aos sucessivos abalos à visão positivista de ciência empreendidos por K. Popper, T. Kuhn, I. Lakatos e P. Feyerabend, dentre outros. Essa mensagem é: abandonem suas ilusões e idealizações sobre como a ciência é realizada e avança! Recorrer ao “domínio dos fatos, dos testes empíricos e dos experimentos cruciais” para a superação de controvérsias e de disputas teóricas em ciência desempenharia um papel menor do que o sugerido por aquelas ilusões e idealizações. O que é realmente eficaz para nos persuadir e para nos fazer mudar de opinião (e induzir tais estados em terceiros) possui laços algo tênues com aquele domínio.

Diante desse desmoronar de ilusões, as intenções e os métodos do projeto retórico assumem uma importância adicional, seja para críticos, simpatizantes ou não alinhados. Tal importância reside na necessidade de ampla difusão do conhecimento das principais ferramentas da retórica se deseja-se alcançar o estágio de comunicação em Ciência preconizado pelo projeto e que seria um dos campos de estudo da própria análise retórica. Sem a simetria de conhecimento e de domínio dessas ferramentas entre os participantes de comunidades científicas, estes seriam “presas fáceis” daqueles versados nelas (ainda que não sejam mal-intencionados) e de seus próprios processos internos de raciocínio que se assemelham a conversações. Mais ainda, quando não fossem “presas fáceis”, continuariam a identificar o uso da retórica por parte de terceiros como “truques”, “ardis” e “obstáculos ao progresso científico”, em vez de reconhecer sua legitimidade e onipresença em toda forma de comunicação humana.

Para executar uma análise-limite (muito ao gosto de economistas), somente quando todos estiverem a par dos instrumentos da retórica e souberem utilizá-los é que esta perderá sua utilidade e também seu potencial maléfico entre as comunidades científicas. Até esse estágio, não será possível separar as formas do discurso de seu conteúdo da maneira que é idealizada pelos destroços da “epistemologia modernista” que habitam a mente de cientistas (especialmente dos avessos a qualquer menção a metodologia). Até então, a construção e a análise do discurso *per se* desempenharão um papel relevante na prática científica, sendo sua negação por alguns o estímulo para even-

tuais inescrupulosos que a aceitarão e distorcerão.

Em seus respectivos ensaios, Gilberto Tadeu Lima e José Márcio Rego procuram destacar a importância da HPE para o progresso teórico em Economia e situar o deslocamento em direção à retórica junto da sociologia do conhecimento e da valorização da história da ciência e do pensamento científico em oposição à metodologia tradicional.

Por sua vez, Eleutério F. S. Prado explora as idéias do ensaio de Arida situando-o junto ao construtivismo (especialmente de G. G. Granger), à teoria da verdade consensual de J. Habermas e à abordagem de resgate da retórica de C. Perelman. Há o diagnóstico de uma “revolução incompleta e contraditória” por parte de Arida para proporcionar à retórica uma função destacada para a resolução de controvérsias em Economia. Também as oito regras propostas não comandariam consenso entre os economistas, e algumas não seriam retóricas, mas sim semânticas e éticas.

Ramón García Fernandez explora o difícil território da noção de verdade e seu papel na prática científica a partir da controvérsia entre D. McCloskey e U. Mäki. A possibilidade de distorção do uso da retórica como ferramenta de persuasão às custas do conhecimento verdadeiro (seja qual for sua concepção) é ponto de partida da análise.

Leda Maria Paulani procura demonstrar a adequação de classificar as idéias de D. McCloskey

como neopragmatismo e porque é crítica desta mesmo não partilhando do referencial neoclássico em Economia (uma contradição, segundo alguns de seus críticos).

Maria Angélica Borges examina as conexões sutis e complexas entre retórica e ideologia em seu ensaio.

As “aplicações” da análise retórica da segunda parte da coletânea são realizadas sobre as obras de ilustres economistas. Paulo Gala investiga a retórica da economia institucional de Douglass North. Oliver Williamson e a economia dos custos de transação são abordados por Huáscar Fialho Pessali e Ramón García Fernandez.

Darwin Dib contrasta as estratégias e meios retóricos de R. Simonsen e E. Gudin acerca do planejamento econômico no Brasil, enquanto Ana Maria Bianchi contrasta os elementos de persuasão de R. Prebisch para diferentes perfis de audiência. Por fim, Francisco Anuatti examina como J. M. Keynes procurou (ao divulgar suas idéias) persuadir em três frentes simultaneamente: economistas, executores de política econômica e o público em geral.

José Antônio Rodrigues da Cunha

Professor da Universidade
Presbiteriana Mackenzie.

Aluno do curso de Doutorado em
Economia de Empresas da EAESP-FGV

Reformas no Brasil: Balanço e Agenda

André Urani, Fabio Giambiagi e José Guilherme Reis (orgs.)

Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004.

O primeiro ano do governo Lula, para surpresa de muitos, aprofundou o ajuste macroeconômico com base no mesmo tripé do segundo governo Fernando Henrique Cardoso: elevados saldos primários das contas públicas, metas de inflação e câmbio flutuante. O tripé foi complementado pelos projetos de reformas tributária e da previdência dos servidores. Só a continuidade e o aprofundamento da política macroeconômica do governo anterior já justificariam a oportunidade do lançamento da coletânea de artigos *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda*, organizada por André Urani, Fabio Giambiagi e José Guilherme Reis.

Como apontam os organizadores, os dois governos FHC introduziram e deram continuidade a reformas de amplo alcance para a economia brasileira: a consolidação da estabilização dos

preços com o Plano Real, no primeiro mandato; e a introdução, no segundo mandato, de medidas de ajuste fiscal indispensáveis para estabilizar a relação dívida pública/PIB, bastante deteriorada entre 1995 e 1998, incluindo o saneamento do sistema financeiro e o reconhecimento dos “esqueletos fiscais”, o “fator previdenciário”, a renegociação das dívidas dos estados – que permitiu que estes se tornassem parceiros na geração do superávit primário — e a Lei de Responsabilidade Fiscal, marco na gestão responsável das contas públicas brasileiras, para citar apenas algumas das principais reformas.

O livro consiste na revisão crítica dessa experiência, por especialistas que partilham a visão de que os dois governos Fernando Henrique introduziram importantes reformas modernizantes na

economia brasileira e apresenta ao debate uma agenda para o futuro das reformas.

A organização do livro é primorosa. Na parte I (Introdução), André Urani e José Guilherme Reis oferecem ao leitor uma visão panorâmica das transformações recentes no Brasil. A ela se segue uma segunda parte dedicada ao desafio do crescimento. “Por que crescemos pouco?”, pergunta Armando Castelar Pinheiro. Será por falta de consenso sobre uma agenda de desenvolvimento, já que a estabilização era prioritária? Ou pela própria ausência de consenso sobre a agenda? Ou ainda, porque é possível que haja a curto prazo um *trade-off* entre estabilização e desenvolvimento? Maurício Mesquita Moreira aborda outra vertente da questão: a relação entre a abertura da economia e o crescimento. A evidência empírica sugere uma relação positiva (embora pouco robusta) entre mais comércio e crescimento. Essa evidência torna-se mais sólida quando se correlaciona o grau de abertura com o aumento da produtividade total dos fatores. Se nossa experiência não reflete todo o potencial de crescimento derivado da abertura, talvez isso decorra de termos nos aberto muito pouco. A maior abertura só estimula um maior crescimento, *se o contexto macroeconômico e institucional* – isto é, a agenda – *for favorável*. A conferir.

Os fundamentos macroeconômicos constituem naturalmente o tema da parte III. O regime de metas de inflação é contrastado com alternativas de “âncoras nominais” – metas monetárias ou âncoras cambiais. Alexandre Schwartzman discute a eficácia de cada um desses regimes em reduzir a variabilidade do PIB observado em torno do PIB potencial, concluindo pela superioridade do regime de metas de inflação. Segue-se a análise de Eduardo Refinetti Guardia das razões do ajuste fiscal, que podem ser resumidas no reconhecimento de que a estabilidade temporal da relação dívida/PIB requer que o superávit primário cubra a parcela dos juros reais não financiada pelo imposto inflacionário ou pelo crescimento da arrecadação. A conclusão pende para um legado positivo – a despeito de que só a partir de 1999 o enfrentamento da questão fiscal tornou-se prioritário. Octávio de Barros, Fernando Honorato Barbosa e Fabio Giambiagi discutem o papel da mudança do regime cambial no ajuste externo. A questão teórica é trivial, como mostra qualquer manual de macroeconomia aberta: nenhum país pode abrir-se aos fluxos internacionais de capital e controlar simultaneamente a taxa de câmbio e a taxa de juros. Dada a opção pelas metas de inflação, a taxa de juros é o instrumento de política monetária, o que implica que o câmbio deve flutuar, *não necessariamente sempre*

de forma “limpa”. O texto examina os custos e benefícios de flutuar o câmbio e das intervenções pontuais nos períodos de maior volatilidade cambial. O veredicto dos autores é pelo saldo positivo. Também a conferir.

A parte IV trata da inserção internacional do Brasil. Pedro Motta Veiga observa com muita propriedade que, a despeito da diversidade de parceiros, objetivos e metodologias de negociação internacionais em que o país está envolvido, não dispomos de consenso interno sobre a conveniência de aprofundar essa inserção ou sequer se estamos dispostos a abrir mão de parte de nossa soberania em prol do aprofundamento e ampliação do bloco regional. Fabio Giambiagi e Mário Marconini questionam o estado atual do Mercosul e, constatando o “hiato entre a necessidade e a oferta efetiva de liderança” do Brasil para repor em marcha a integração regional, argumentam que o aprofundamento do Mercosul é essencial do ponto de vista brasileiro, aí incluída a meta de uma eventual unificação monetária do bloco. Paulo Roberto de Almeida historia como evoluiu a relação Brasil-EUA, a um tempo “central (para o Brasil) e estruturalmente assimétrica”. Ao lado da análise, o texto é enriquecido pelo depoimento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre diversas questões controversas. O autor conclui que conflitos comerciais são compatíveis com um bom relacionamento diplomático e um entendimento no plano estratégico – afinal, quanto maior a importância mútua maior o número de conflitos, como mostra o contencioso entre os EUA e o Canadá, o maior de qualquer relação bilateral dos EUA.

A quinta parte do livro trata das reformas. Fabio Giambiagi aborda a agenda fiscal, contrastando o desempenho dos indicadores fiscais brasileiros com os de quatro países europeus – Itália, Grécia, Bélgica e Irlanda – que nas décadas de 80 e 90 apresentaram dívidas brutas de mais de 100% do PIB e se ajustaram. Dessa comparação resultam como mitos afirmações do tipo “o Brasil tem o maior superávit primário do mundo” (na média do período 1996/2000 o superávit primário desses países foi quase cinco vezes o brasileiro) ou que “é impossível sustentar esse grau de aperto fiscal por muito tempo” (a Bélgica teve superávit fiscal superior a 4% do PIB por nove anos e a Grécia, por sete. O Brasil começou um sério ajuste fiscal somente a partir de 1999). Sua conclusão: há resultados importantes a colher da *persistência* do ajuste, o que implica que no período 2003/2006 o gasto público real terá que crescer a uma taxa média inferior à dos oito anos 1995/2002. O *como* chegar lá constitui o cerne do texto. Vinícius Carvalho

Pinheiro trata da reforma da previdência. Sua principal conclusão é de que se revelou mais vantajoso o “processo gradual, incremental e especializado de reforma previdenciária” posto em prática em 2003, que a estratégia de reforma abrangente proposta em 1995/2002. A sugestão de uma agenda de reformas futuras conclui o capítulo. José Roberto Rodrigues Afonso e Ricardo Varsano nos falam dos sonhos e frustrações da reforma tributária. Os sonhos, claro, de impedir que o sistema tributário brasileiro continue um importante inibidor do desenvolvimento; e as frustrações, em 1992, 1995 e agora em 2003, com a impossibilidade de fazer aprovar de uma só vez uma miraculosa emenda constitucional que remova todos os problemas. A solução? Talvez esteja em esboçar um projeto global de reforma, fático para aprovação aos poucos. Priscila Maziero e Sérgio Werlang se ocuparam com a autonomia do Banco Central. Um banco central pode ser independente com relação a seus objetivos e instrumentos ou apenas com relação aos instrumentos de política monetária (autonomia operacional). O principal argumento para a autonomia operacional do BC é o requisito de que a autoridade monetária deve estar segregada da autoridade fiscal para a boa gestão de um regime de metas de inflação. No caso brasileiro isso requer uma mudança institucional profunda, já que ambas as autoridades convivem no Conselho Monetário Nacional. Mudanças institucionais emergem como recomendação comum por diversos dos autores que cuidam das reformas. José Márcio Camargo, a quem coube discutir a lógica da reforma trabalhista, sugere que é fundamental mudar o papel da Justiça do Trabalho e os instrumentos da legislação para aumentar a negociação entre o capital e o trabalho e introduzir a liberdade de organização e negociação sindical. Sem isso não é possível reduzir a rotatividade excessiva da força de trabalho e incentivar os investimentos em qualificação e treinamento por parte dos trabalhadores e das empresas. Lúcia Helena Salgado e Silva trata da defesa da concorrência no Brasil – um claro exemplo de bem público, se encarado em termos econômicos, ou de direitos difusos, do ponto de vista legal. Sua principal recomendação é a unificação e autonomia administrativa e decisória de um novo órgão que trate da defesa da concorrência (compreendendo as atribuições da SDE e da SEAE) para ampliar a cultura da concorrência, indispensável ao funcionamento de uma economia de mercado. A reforma do setor elétrico ficou inacabada, na opinião de José Cláudio Linhares Pires e José Guilherme Reis. Não se trata, contudo, da ausência de regras, mas da sinalização da esta-

bilidade das regras existentes para que se viabilize a transição de um modelo totalmente estatal para um novo modelo misto, com presença pública e privada. Adriano Pires e Leonardo Campos Filho se preocupam igualmente com a transição de um modelo de “monopólio legal com controles de preços ao longo de toda a cadeia, para um contexto de concorrência e liberdade comercial”, em um contexto em que o necessário aperfeiçoamento do marco institucional deixou de ser prioritário, com o enfraquecimento do papel da agência regulatória e o fortalecimento da Petrobras — o que poderá vir a limitar à capacidade da Petrobras os investimentos no setor.

A sexta e última parte do livro trata da agenda social. Para Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho, os desafios para a política social brasileira estão na focalização dos recursos disponíveis e no uso mais eficaz dos recursos — e não na demanda por mais recursos. A universalização da saúde e a construção do SUS, realizadas no período FHC, trouxeram também desafios monumentais, como mostra Geraldo Biasoto Junior: a expansão e consolidação da unidade de atenção básica; a ampliação do acesso aos medicamentos; a hierarquização do sistema, para assegurar ganhos de eficiência e democratizar o acesso; e as relações entre os setores público e privado na prestação dos serviços de saúde à população. Quanto à educação, analisada por Simon Schwartzman, já deixamos para trás a fase da ampliação dos recursos, estamos em meio à avaliação das prioridades dos investimentos existentes e ainda não iniciamos a terceira geração de reformas, que reexamina os próprios pressupostos do funcionamento do sistema educacional. Mudanças institucionais, portanto. Finalmente, André Urani se debruça sobre um novo papel para o Estado como criador de um espaço favorável ao florescimento de micro e pequenas empresas e que atue em parceria com a sociedade civil e a iniciativa privada na oferta conjunta de bens públicos. Trata-se de proposta de rompimento de um paradigma que até aqui orientou a atuação do Estado brasileiro, o do nacional-desenvolvimentismo, passando-se a valorizar a riqueza das experiências locais.

O diagnóstico dos anos FHC, crítico muitas vezes, em geral é favorável. Fizeram-se as reformas possíveis; a herança que ficou está longe de ser maldita, já que abriu diversos caminhos novos, que cumpre agora examinar e debater e escolher quais trilhar.

Roberto Fendt
Economista, foi até recentemente
editor de *Conjuntura Econômica*